



RESENHAS

MITSCHEIN, T.; MIRANDA, H.R. & PARAENSE, M.C. **Urbanização selvagem e proletarianização passiva na Amazônia**; o caso de Belém. Belém: CEJUP-NAEA / UFPA, 1989. 236p.

A obra que os autores apresentam é um dos resultados da pesquisa que desenvolveram, financiada pela Volkswagen, com parcela de recurso advindo do CNPq.

No capítulo 1 os autores levantam “a questão da inter-relação entre o urbano e a expansão da fronteira”(p. 14). Discutem como os aglomerados humanos se prestam ao apoio da articulação de áreas anteriormente pouco integradas e as conseqüências daí decorrentes.

O segundo capítulo prende-se ao estudo das “condições de reprodução sócio-econômica dos bairros escolhidos para a pesquisa” (p. 14). Reportam-se, no seguinte, à origem e à migração da população entrevistada por considerarem isto de “fundamental importância para entender as disposições sócio-culturais pelas quais a população se relaciona com a sua integração no contexto urbano(p.15).”

Os dois capítulos adiante, o terceiro e o quarto, fazem uma tentativa de interpretação da condição social em que se inserem os indivíduos, partindo da análise de suas próprias formulações. Por fim, apresentam perspectivas alternativas para esta população.

Desde o primeiro capítulo, a densidade de informações permite uma visualização clara das condições em que vivem os belenenses da periferia e a percepção que eles têm dessa vida.

Foram 1.035 questionários aproveitados, aplicados em áreas identificadas como de periferia urbana (Bengui, Terra Firme, Bosquinho e Vila da Barca), e com elevadas taxas de migração, com origem no interior do Estado. Outras sessenta entrevistas foram realizadas no interior do Pará. Da análise deste vasto material, uma série de questões, que contribuem para um debate bastante rico sobre a relação cidade-campo, são apresentadas e discutidas. Uma delas é a de que o processo de urbanização, ordinariamente enten-

dido como legado da civilização moderna, apresenta-se, na Amazônia, de forma agressiva e degradante. E mais: se desse processo de urbanização, historicamente associado à expansão capitalista, noutras áreas resultou na incorporação das massas urbanas ao processo produtivo, na região esta proletarização assume contornos específicos.

Considero virtude, em todo o trabalho, a aliança que os autores fazem entre os dados numéricos e a análise qualitativa, baseada nos depoimentos e nas entrevistas. Sobre as regiões rastreadas, é feita uma pintura mais fria e seca da realidade. O campesinato caboclo é radiografado, esquadrinhado, e descrito na forma em que acontece no baixo Tocantins e na região Bragantina. A estrutura fundiária, a estrutura ocupacional, a estrutura produtiva e o comentário sobre os aspectos da política agrícola e ocupacional urbano-interiorana, enfeixadas no capítulo 3, introduzem uma possibilidade de leitura mais articulada dessa relação cidade-campo.

Os capítulos 4 e 5 surgem dessa indução feita nos capítulos anteriores. Com a palavra, os personagens, os que falam sob as máscaras do processo que sofrem. Dessas falas é feita a interpretação do que foi possível captar pelos autores, a respeito do sobreviver (ou subviver), na cidade e no campo, e as relações que constituem essa vida.

“Durante a pesquisa de campo ficou patente que a imagem da cidade por parte dos entrevistados do meio rural se cristaliza de maneira decisiva pela carência de lazer, pela falta de recursos para o consumo e pelo trabalho pesado no mesmo” (p.156). E entremeando teoria e depoimentos de vida, os autores expressam: “Tanto estes depoimentos, como as nossas experiências durante a pesquisa de campo, de modo geral, sugerem a hipótese de que a cidade é identificada na consciência da população em questão como contexto estruturado pelo valor de troca que, da mesma maneira em que aumenta virtualmente o leque das opções pessoais (“Tem coisas pra gente divertir melhor”, por exemplo), é hostil para os que não desfrutam dele (“Na cidade, se não tem dinheiro, ele não come (...), até a água é comprada”).

Avançando na análise, os autores percebem coincidências na avaliação dos que permaneceram na zona rural e os que migraram, em suas visões do “contexto agroextrativo caboclo, de suas adversidades e fatores determinantes da expulsão silenciosas dos contingentes rurais pauperizados para a realidade urbana marginalizante” (p.177).

Destacam a tendência daqueles que deixaram o campo para encarar a situação na periferia das cidades mais suportável que no meio rural.

Faz parte, como substrato para a análise, depoimentos de políticos de tendências diversas e de líderes das organizações populares que dão tratamento e fazem parte da vida daqueles bairros.

Uma conclusão, ou melhor, uma das perspectivas resultantes do trabalho é a de que “faz-se necessária a elaboração de novos enfoques de política municipal que priorizem a ocupação do enorme potencial de mão-de-obra subempregada, a mobilização dos recursos do ecossistema urbano não, ou apenas insuficientemente, utilizados, a criação de tecnologias adequadas para o setor informal e, sobretudo, maior participação das camadas populares no processo de planejamento e decisão públicos” (p.214-215).

De que o processo de acumulação do capital tenha levado à mudança nas estruturas tradicionais sem que isto implicasse em modernização, e que o quadro político-institucional tenha-se alterado e exigirá novo tratamento ao desenvolvimento urbano, há muitas evidências. Há, no entanto, ainda, o fervilhar no cadinho de transformações, novos papéis a serem definidos e novas estruturas a serem construídas e consolidadas.

O universo trabalhado, Belém, sugere muitas reflexões e auxiliam a compreensão dos problemas embutidos na relação cidade-campo em várias partes do País.

A percepção de entrelaçamento entre o urbano e o rural, fundamental aos que pensam na questão da urbanização e nos aspectos regionais, estará aguçada após a leitura deste trabalho.